

COMO AS LEIS LICITATÓRIAS NORTEIAM AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Lilian Verônica Gusmão Miranda¹

Rafat Issa²

Rosana Borges Silva³

Francisco Del Ducca Corrêa⁴

RESUMO

As compras nos setores públicos têm passado por diversas reformas e grande mudanças nos últimos anos, assim como no setor privado, os consumidores, dentre eles as entidades públicas, todas necessitam ir ao mercado para obterem os produtos e serviços necessários e essenciais para o seu perfeito funcionamento. A utilização de serviços informatizados tem acrescido a concorrência e aumentado qualidade dos produtos adquiridos e a queda de preços. As Leis de Licitações, em especial a Lei Federal 8.666/93, além de outras normas regulamentadoras, primam pelo cumprimento das primícias na Administração Pública, como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, concomitantemente a estas o princípio da Razoabilidade, Proibição administrativa e Celeridade entre outros, que são princípios balizadores das Leis de Licitações. Os órgãos controladores e fiscalizadores do Estado, como a Controladoria Geral da União – CGU, o Tribunal de Contas da União – TCU, o Tribunal de Contas do Estado – TCE e Secretarias de controle interno primam pelo cumprimento das normas licitatórias e ordenam o processo atribuindo-lhes características, normas, modalidade e demais formalizações, como necessárias para o correto disciplinamento do processo de aquisição. As inovações constantes, os observatórios sociais, que passam a avaliar e monitorar os sistemas de compras em Município e Câmara de Vereadores, contribuindo com o combate a corrupção.

¹ Assessora de Gabinete , e-mail lj_gusmao@hotmail.com

² Análise e Planejamento em Gestão, e-mail rafat@ibipora.pr.gov.br

³ Assistente de Recursos Humanos, e-mail rosana@ibipora.pr.gov.br

⁴ Mestre em Engenharia da Produção, Coordenador e Professor do Curso de Engenharia da Produção.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em Lei e Normas que regem as ações que deve-se seguir para as medidas, controle e ações, não estamos falando de nenhuma novidade, o Código de Hamurabi, também conhecida como a “Lei do olho por olho, dente por dente” que é um dos mais antigos conjuntos de leis escritas já encontradas, datada de 1700 a.C na região de Mesopotâmia, temos também a Pedra de Roseta que é um granodiorito do Egito Antigo que registra um decreto promulgado em 196 a.C. em nome do Rei Ptolomeu V, o seu objeto era homogeneizar o reino juridicamente e garantir um cultura comum.

As normas que regem as compras públicas também estão longe de serem novidades na Administração Pública, no ano de 1862 o Decreto nº 2.926 já trazia algumas normas e regulamentações para a arrematação de serviços, desde então ao longo dos anos as aquisições de bens e contratações de serviços na Administração Pública vêm aprimorando-se, e continuam com esta evolução, as Leis que normatizam as compras no Brasil vem sofrendo nos últimos anos várias e importantes alterações, assim como acontece em toda norma jurídica.

A instituição do Estatuto jurídico das Licitações foi estabelecida pelo Decreto-lei de n.º 2.300, de 21.11.86 e aprimorando-se nos últimos anos, podemos afirmar que a Constituição de 1988 representou um considerável progresso na institucionalização e democratização da Administração Pública.

Comprar bem não é uma tarefa fácil, as Leis que normatizam as compras no Brasil vêm sofrendo nos últimos anos várias e importantes alterações, adequando-se e modificando-se de acordo com os novos princípios sociais e econômicos, cujo intuito é melhorar as Leis existentes, assim como acontece em toda norma jurídica. Prova disto é o projeto de Lei n.º 7.709 de 2007, do poder executivo, que altera diversos dispositivos da Lei 8.666/93.

Com o advento destas evoluções as compras públicas vêm se tornando mais ágeis e eficazes, atendendo às necessidades do Estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No desenvolvimento deste artigo foram utilizadas publicações em revistas, livros e as Leis que regem os procedimentos de compras públicas, dentre estas segue abaixo as seguintes:

- A Constituição da Republica Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;
- A Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 que estabelece as normas gerais sobre licitações;
- A Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002 que rege a modalidade de Pregão para a aquisição de bens e serviços comum;
- O Decreto Federal nº 5.450/05, de 31 de maio de 2005 que regulamenta, no âmbito da União, a aquisição de bens e serviços comuns;
- O Decreto Federal nº 5.504/05, de 05 de agosto de 2005 que estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizados em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da união, decorrentes de convênios;
- O Decreto Federal nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000 que aprova o regulamento para a modalidade de licitações denominada pregão para bens e serviços comuns;
- O Decreto Federal nº 3.722/01, de 09 de janeiro de 2001 que regulamenta o artigo 34 da Lei nº 8.666/93 e dispõe sobre o sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF;
- O Decreto Federal nº 3.784/01, de 06 de abril de 2001 que promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000;
- O Decreto Federal nº 3.931/01, de 19 de setembro de 2001 que regulamenta o sistema de registro de preço previsto no artigo 15 da Lei nº 8.666/93;
- A Portaria Interministerial MP/MF nº 217/06, de 31 de julho de 2006 que dispõe limites, prazos e condições para a execução do Decreto nº 5.504/05;
- A Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006 que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser

dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- O Decreto Federal n.º 6204/07, de 05 de setembro de 2007 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal;

No âmbito da Administração Pública Municipal, foram pesquisados os seguintes Decretos e Lei do Município de Ibiporã:

- O Decreto Municipal n.º 144/07, de 22 de março de 2007 que implementa a modalidade pregão, no âmbito da administração pública direta, fundacional e autarquia;
- O Decreto Municipal n.º 497/09, de 05 de outubro de 2009 que regulamenta as contratações pelo sistema de registro de preço no âmbito da administração pública;
- A Lei Municipal n.º 2.309/09, de 14 de outubro de 2009 que institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do Município;

Além das Leis, Portarias e Decretos acima elencados, podemos contar com vastas matérias que normatizam e estabelecem mecanismos para complementação, existem ainda instruções normativas e outras Leis que tratam de matérias específicas, assim como a Lei Federal n.º 9790/99 que dispõe sobre as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, a Lei Federal n.º 12232/2010 que dispõe sobre a contratação de empresas de publicidade e agência de propaganda, a Lei Federal n.º 11947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escola entre tantas outras.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através das Instruções Normativas, tem estabelecido vários critérios para os municípios, que entre outros, destacamos a obrigatoriedade de publicação em seu site de todas as Dispensas de Licitações, Convites, Tomadas de Preços, Concorrências e Pregões no prazo mínimo de 07 (sete) dias e a PROIBIÇÃO de “caronas” nas compras municipais.

Não se pode deixar de comentar a Lei n.º 15.340/2006 do Estado do Paraná que institui normas locais para as licitações e contratos que entres elas destaca-se a inversão de fases de habilitação e julgamento e após a fase de classificação a comissão procederá a abertura dos envelopes de habilitação das concorrentes classificadas nos três primeiros lugares.

2 TIPOS E MODALIDADE

A Lei Federal 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, regulamentou o art. 37, XXI da Constituição Federal e esta em vigor até os presentes dias, esta por sua vez disciplinou as Licitações e contratos da Administração Pública estabelecendo cinco modalidades licitatórias: concorrência, Tomada de preços, Convite, Leilão e concurso.

Com o advento das inovações jurídicas, foram criadas as modalidade Pregão Presencial e Eletrônico.

Licitação é o procedimento administrativo para as compras ou serviços contratados pelos governos, seja Federal, Estadual ou Municipal. Sendo a lei em vigência para licitações e contratos a 8666/93. Esta legislação aborda as diferença básica entre as modalidades de licitações.

No tocante ao valor, a lei 8666/93 prevê os LIMITES DE LICITAÇÃO que são:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) Convite: até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- b) Tomada de Preços: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- c) Concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

- a) Convite: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- b) Tomada de Preços: até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

c) Concorrência: acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

O Pregão em seu artigo 2º observa que é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto em regulamento, qualquer que seja o valor estimado da contratação, na qual a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, vedada sua utilização na contratação de serviços de transporte de valores e de segurança privada e bancária.

O Pregão possui ainda dois tipos, o Pregão Presencial e o Pregão Eletrônico e, ambos têm como principais vantagens a inversão de fases e a utilização de recursos tecnológicos, diferenciando entre as mesmas a exigência da presença do representante da empresa para a formulação de lances verbais para nas sessões públicas de pregões presenciais, enquanto que na eletrônica o representante da empresa poderá ofertar lances a distância, por meio da Internet.

No que tange às publicações, a modalidade pregão tem como privilégio um prazo reduzido para a sua publicidade, que é de 08 (oito) dias úteis após a sua última publicação, enquanto nas demais modalidades da Lei n.º 8666/93 estas variam de 05 (cinco) dias para convite, 15 (quinze) dias para Tomada de Preços e de 30 (trinta) dias para Tomadas ou concorrências de grande vulto.

3 GESTÃO DE COMPRAS E SEUS PROCEDIMENTOS

Antes de procedermos a gestão de compras e seus procedimentos, ressaltamos que o estudo aqui citado foi levantado no Departamento de Compras do Município de Ibiporã, motivo pelo qual não se menção à Lei Estadual de Licitação e a figura da “carona”.

A causa primária para o início a todo o procedimento regulamentar vem da necessidade de um setor da administração em adquirir um equipamento ou serviço para dar continuidade nos trabalhos por ela realizados, motivando e especificando o equipamento e serviços que pretende adquirir, manifestando o seu interesse ao

órgão competente, para que o mesmo possa, dentro das normas e Leis, proceder a compra do mesmo da melhor forma e com o melhor preço.

O órgão gerenciador, por sua vez, fará a pesquisa com os demais setores da administração para levantamento do quantitativo do material, suas especificidades e peculiaridades, para posterior levantamento de preços através de pesquisa de mercado com futuros fornecedores, a fim de promover um processo licitatório que adquira o produto dentro dos padrões de qualidade, com fornecedores que possam atender as necessidades da administração com o melhor preço.

Quando falamos em melhor compra, nem sempre podemos relacionar com o menor preço, a proposta mais vantajosa para a administração pública é aquela que oferece o maior benefício econômico dentre aquelas que preenchem os requisitos indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações.

A administração fará a elaboração de edital, informando o objeto a ser adquirido de forma clara e concisa, estipulando os critérios, normas, modelo do contrato a ser firmado, local, horário e demais informações necessárias para que o licitante tenha conhecimento das regras que irão prevalecer em todo o processo licitatório.

Conforme prevê a Lei complementar n.º 123, as microempresas e empresas de pequeno porte, gozam de vantagens para a concorrência nos certames com as demais empresas, dentre elas as principais são: O artigo 43 que assegura prazo de 02 (dois) dias úteis quando houver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal; E o artigo 44 que assegura como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte quando as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Dentre as compras pela modalidade Pregão, destaca-se ainda o registro de preço para aquisição futura de produtos e equipamentos, já estabelecida no artigo 15 da Lei 8.666/93 e, se comparada pela Lei de licitações, foi regulamentada recentemente pelo Decreto n.º 3.931/01. O edital para Sistema de Registro de Preço tem como conceito principal, criar um conjunto de regras e procedimentos destinados ao registro de preços que durante a sua vigência, poderão ser contratados com o poder público conforme a sua necessidade.

4 TECNOLOGIAS INTELIGENTES PARA COMPRAR

Assim como em todas as áreas, a tecnologia esta se fazendo presente, seja com novas implantações ou com as atualização e adequação, as novas exigências que o mercado e as Leis vêm impondo. Prova disto são as compras realizadas diretamente para o consumidor final, empresas que queiram estar presentes no dia-a-dia do consumidor estão obrigadas a participar deste mercado, com um simples preenchimento de cadastro e alguns cliks é possível escolher um produto, discutir em salas de bate-papo sobre a qualidade do mesmo e se o produto foi entregue satisfatoriamente em seu destino final.

Na área pública isto já esta acontecendo, é certo que com algumas ressalvas, pois as exigências a serem cumpridas pelos fornecedores são maiores e mais burocráticas, pois a assim as Leis exigem, a fim de resguarda o interesse público e dar garantias que os contratos serão cumpridos.

O setor privado, através dos Bancos e empresas especializadas nesta área, desmobiliza, aos municípios e aos fornecedores que pretendem firmar acordo comercial, software e site para a utilização em suas operações comerciais.

Os municípios já dispõem de certos equipamentos e recursos tecnológicos para efetuarem suas compras, ao contrario do que ocorria a uma década atrás, facilitando a compra e o controle dos mesmos.

O Estado tem disponibilizado vários recursos para que os Municípios possam cumprir as obrigações impostas nas Leis Licitatórias, no caso do Paraná o Tribunal de Contas do Estado, disponibiliza e exige que todas as transações efetuadas pelos municípios devem ser lançados em software por ela distribuído. O sistema de Informações Municipais - SIM, dentro de seus módulos, existe o modulo de Acompanhamento Mensal, comumente chamado de SIM-AM, todas as informações contábeis são lançadas bimestralmente, visando a efetiva fiscalização e a preparação para o fechamento anual.

Dentro outras, os municípios tem a obrigação de dar publicidade de todas as suas ações, pelo Portal da Transparência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As licitações públicas tem se desenvolvido progressivamente, as vantagens adquiridas ao longo dos anos tem propiciado aos dirigentes públicos maior lisura nas compras e transparência em seus atos. As normas editalícias vêm se modernizando conforme as modificações do mercado e gerindo novas regras.

Conforme verificamos no presente artigo as Leis Licitatórias norteiam as contratações públicas, os administradores públicos não possuem o livre arbítrio para realizar as compras públicas, normas e regras são criadas para que o administrador faça as contratações em prol aos interesses públicos, ele deve adotar estratégias para buscar a primazia, eficácia e eficiência nos seus atos.

REFERÊNCIA

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1993. Todas as Leis e Decretos Federais elencados no Capítulo Fundamentação Teórica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/> Acesso em: 21 abril 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em: <<http://www.comprasnet.gov.br>> Acesso em: 21 abril 2012.

BRASIL. Estado do Paraná, Procuradoria Geral do Estado. **Lei 15.340 de 22 de dezembro de 2006**. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas>> Acesso em: 21 abril. 2012.

BRASIL. Estado do Paraná, Câmara Municipal de Ibiporã. **Lei 2309/09 de 14 de outubro de 2009, Decreto 144/207 de 22 de março de 2007, e Decreto 497/09 de 05 de outubro de 2009**. Todos disponíveis em: <<http://www.cmibipora.pr.gov.br/modules/mydownloads/>> Acesso em: 21 abril. 2012.